

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e regulamentares, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A.

Histórico

A Cotação DTVM S/A, empresa do Conglomerado Rendimento, está presente no mercado de câmbio turismo, desde 1989, com matriz em São Paulo e atuação nas principais capitais e cidades do Brasil. Realiza operações de compra e venda de papel moeda, travels cheques e cartão pré-pago internacional Rendimento Visa Travel Money, com segurança e comodidade para mais de um milhão de clientes. Além das operações de câmbio destinadas a gastos com viagens internacionais, são oferecidos os produtos remessa expressa, que consiste no envio ao exterior de valores até US\$ 3.000,00 a título de transferências unilaterais, e de pagamentos e recebimentos internacionais de natureza comercial e financeira, para operações de até US\$ 100.000,00. O atendimento do cliente é diferenciado das demais instituições financeiras, do segmento de câmbio, por contar com funcionários especializados e prontos para atender à complexa regulamentação cambial e regras tributárias incidentes. Para a gestão do S/A detém o Certificado Internacional de Qualidade ISO, evidenciando, desta forma, a constante preocupação em oferecer serviços de qualidade aos seus clientes em seus viagens ao exterior.

Índice de Basileia

O índice de Basileia para o Conglomerado Financeiro, na data-base de 31 de dezembro de 2014, apurado de acordo com o estabelecido no artigo 4º da Resolução nº 412/2014 de 17/05/2014, do Conselho Monetário Nacional, mostrou uma conformância regularidade no enquadramento aos atuais 11% definidos pelo órgão regulador e apresentando relativa margem de suficiência.

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

A Cotação DTVM S/A mantém estrutura de Governança Corporativa, Controles Internos e Riscos, em total aderência às exigências do CMN e do Banco Central do Brasil, abrangendo as Áreas de Compliance, Riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Crédito, Responsabilidades Socioambiental, Segurança da Informação e Auditoria Interna, com procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo. As atividades de controles internos são de responsabilidade das unidades de Governança Corporativa e Auditoria Interna e estão subordinadas ao Diretor Superintendente, as quais são segregadas das áreas compreendidas com resultados e daquelas responsáveis pelas atividades de suporte, obtendo com isso maior eficiência nas ações preventivas e punitivas.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

Table with columns: ATIVO, Circulante, Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez, etc., and rows for 2015 and 2014 values.

Table with columns: PASSIVO, Circulante, Outras obrigações, etc., and rows for 2015 and 2014 values.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Table showing 'Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2015' with columns for capital and profit components.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

1. Contexto operacional: A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, empresa constituída em 12 de julho de 1967 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para operações no mercado financeiro de câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Conglomerado Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e nº 11.941/08, e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COFIN (O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiram pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: CPC 01 - Resolução CMN nº 3.566/08 - Revisão au valor recuperável de ativos; CPC 03 - Resolução CMN nº 3.834/08 - Demonstração do fluxo de caixa; CPC 05 - Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas; CPC 25 - Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 24 - Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente; CPC 10 - Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações; CPC 23 - Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis; mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 00 - Resolução CMN nº 4.144/12 - Estrutura Contábil para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro.

3. Sumário das principais práticas contábeis: a) Apresentação do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata da data de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) Operações de câmbio: operações são demonstradas pelos valores de resgate, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata differendi). e) Investimentos: Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de avaliação patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável. f) Imobilizado: Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados a manutenção das atividades da instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de base pro rata differendi, sob a base de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. g) Intangível: São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. h) Redução ou valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment): O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil igual excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Esses provisões são reconhecidas no resultado do período exercido, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. i) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda IRPJ é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após consideradas as ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base comparativo entre 1 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015). Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseadas nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 (Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas passíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais - fiscais e

A DIRETORIA

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

As Acionistas e aos Administradores da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A Examinamos as demonstrações financeiras da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as análises da administração.

ção de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências técnicas dos auditores e que a Auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos fatos e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação do risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se

Risco de Mercado e Liquidez

O Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez, na Cotação DTVM S/A, é realizado em conformidade com as disposições das Resoluções 3.454/07 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por finalidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado, nas posições devedoras da Distribuidora. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial. O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a possibilidade da instituição de honrar, eficientemente, suas obrigações correntes e futuras sem, contudo, afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Com base nesses controles são observados os fluxos ativos e passivos, através de modelo interno estabelecido em política, que visa identificar o grau de alavancagem de câmbio e de outras posições operacionais para se estabelecer a margem ou suficiência de liquidez. O Comitê de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado, previamente, e delibera sobre os assuntos pertinentes aos respectivos riscos, em conformidade com políticas internas definidas.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A Cotação DTVM S/A conta com instrumentos de controle e acompanhamento, nas operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a "lavagem" do dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive as ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades da Instituição, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. Política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controle e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades competentes, tendo sido ou não realizada a operação. As áreas de negócios da Cotação DTVM S/A são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que consideram suspeitos ou atípicos, reportando sempre à alta administração.

Demonstrações do resultado

Table showing 'Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2015' with columns for revenue, expenses and profit.

Outros

Table showing 'Circulante' and 'Exigível a longo prazo' with columns for 2015 and 2014 values.

Exigível a longo prazo

Table showing 'Provisão para passivos contingentes (Nota 19b)' with columns for 2015 and 2014 values.

Exigível a longo prazo

Table showing 'Provisão para passivos contingentes (Nota 19b)' with columns for 2015 and 2014 values.

Exigível a longo prazo

Table showing 'Provisão para passivos contingentes (Nota 19b)' with columns for 2015 and 2014 values.

Segurança da Informação

O Departamento de Segurança da Informação - DSI é uma área estratégica de Controles Internos e institucional, o qual se reporta diretamente ao Presidente do Grupo Rendimento e Comitê de Segurança da Informação. A DSI tem como objetivo principal a proteção da informação; minimizar ameaças de forma a garantir a continuidade e sustentabilidade do negócio, possibilitando assim a maximização do retorno sobre os investimentos. A DSI atua nos princípios da Segurança da Informação balancando os fatores de riscos, tecnologia e custos, bem como abrangendo os pilares da segurança (Integridade, Confidencialidade e Disponibilidade). Como objetivo de preservar a aderência à Política de Segurança da Informação no ambiente corporativo, nos controles internos e dos sistemas informatizados, temos como base o seguinte escopo de atuação: Programas de treinamento de desenvolvimento seguro e conscientização; Hardening; Monitoramento de atividades e acessos críticos, revisão e estabelecimento de políticas, Perfis e Controle de acesso; Análise e Gerenciamento de vulnerabilidades; Análise de riscos de segurança; Classificação da informação; Monitoramento das regras de negócios; Criptografia de dados, proteção de tráfego de informações; outros controles relacionados à atividade.

Plano de Continuidade de Negócio

A Cotação DTVM S/A conta atualmente com uma estrutura de pessoas e processora para Gestão de Continuidade de Negócios (GCN). Existe uma equipe preparada para assegurar que em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos críticos de negócio sejam efetivos e capazes de salvaguardar os interesses das partes interessadas, a reputação e a marca da organização e suas atividades de valor agregado. Regulamento os procedimentos e estruturas são revisados e testados para assegurar sua eficácia em caso de necessidade.

Auditors Independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras da Cotação DTVM S/A. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A administração da Cotação DTVM S/A agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Table showing 'Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2015' with columns for operating, investing and financing activities.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Table showing 'Fluxo de caixa das atividades operacionais' and 'Lucro líquido ajustado do semestre/exercício' with columns for 2015 and 2014 values.

aumento de Capital Social de R\$ 12.501 para R\$ 20.000, passando de 1.169.920 para 1.856.034 ações nominativas, sendo 928.017 ordinárias e 928.017 preferenciais, sem valor nominal, mediante a incorporação de Reserva Legal R\$ 2.500 e Reservas Especiais de Lucros - Outras R\$ 4.989, que totalizam R\$ 7.489. Em 16 de julho de 2015 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil o aumento de Capital Social da Distribuidora. b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendos mínimo obrigatório, prevista no estatuto, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à assembleia geral de acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Pelas Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas no ano de 2015, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 8.000, conforme quadro abaixo:

Table showing 'Data da AGE' and 'Lucros acumulados' with columns for 2015 and 2014 values.

15. Receitas de prestação de serviços

Table showing 'Rendas de operações de câmbio' and 'Rendas de prestação de serviços - ligadas' with columns for 2015 and 2014 values.

16. Despesas de pessoal

Table showing 'Proventos' and 'Encargos sociais' with columns for 2015 and 2014 values.

17. Outras despesas administrativas

Table showing 'Aluguéis' and 'Processamento de dados' with columns for 2015 and 2014 values.

18. Despesas tributárias

Table showing 'COFIN' and 'Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISS' with columns for 2015 and 2014 values.

19. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: a) Ativos contingentes:

b) Passivos contingentes classificados como perdas passíveis:

20. Limites operacionais:

O índice de Basileia na data-base de 31 de dezembro de 2015, para o Conglomerado Financeiro, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, é de 14,36% (Dezembro de 2014 - 17,66%).